



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Investigação na Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI – Acusação

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, deduziu acusação contra 12 arguidos no âmbito do inquérito que investigou adjudicações de obras, efetuadas em estruturas da responsabilidade do Ministério da Administração Interna (MAI).

Aos arguidos foram imputados, na acusação, vários crimes de corrupção ativa e passiva, participação económica em negócio, branqueamento, abuso de poder e falsificação de documento.

Entre os acusados encontra-se um ex-Diretor-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI.

Este arguido esteve sujeito a prisão preventiva até à presente data. O Ministério Público promove agora, com base nas exigências cautelares que se verificam actualmente, que aguarde julgamento sujeito à medida de obrigação de permanência na habitação, com recurso a vigilância electrónica.

Em síntese, ficou indiciado que os arguidos atuaram concertadamente no sentido de beneficiar determinados empresários, mediante a adjudicação de contratos públicos em violação das normas da contratação pública e em prejuízo do princípio da livre concorrência.

Resultou, ainda, da investigação que tal conduta causou prejuízos financeiros ao Estado, superiores a 909.660,98€. Os valores cobrados foram intencionalmente inflacionados de modo a permitir a obtenção de mais-valias indevidas para os arguidos, incluindo o ex-Director-Geral da Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE).

O Ministério Público, em representação do Estado, deduziu pedido de indemnização para reparação dos prejuízos causados ao erário público.

No decurso do inquérito, realizaram-se, entre outras diligências, buscas nas instalações da Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI, onde se recolheu grande quantidade de documentos. Foram também inquiridas cerca de sete dezenas de testemunhas.

Nesta investigação, o Ministério Público foi coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária.

Lisboa, 30 de Abril de 2015

O Gabinete de Imprensa